



RDH
00173/2017

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017-CDH



SF/17850.62851-88

Senhora Presidenta,

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir sugestão popular que extingue o auxílio-moradia de autoridades públicas, com a presença dos seguintes convidados:

- I. Representante da ONG Contas Abertas;
- II. Representante da ONG Transparência Brasil;
- III. Representante da AMB;
- IV. Representante da CONAMP - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público;
- V. Representante da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda
- VI. Profa. Ana Claudia Farranha Santana, da Universidade de Brasília

JUSTIFICAÇÃO

Em vista da proposta popular que visa extinguir o chamado "auxílio-moradia" pago aos membros de Poder, impõe-se, para o adequado debate público reflexivo sobre tal proposição, a oitiva de setores da sociedade civil e dos agentes públicos alcançados pela medida em comento.

Tal prerrogativa, no sentir da Cidadania, se deformou em verdadeira forma de concessão de reajuste transversal ao subsídio de parlamentares, ministros de Estados, magistrados e membros do Ministério Público, além de mecanismo de burla ao teto remuneratório.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

Registro que é especialmente ofensivo à sociedade brasileira o fato de o auxílio moradia de magistrados e membros do Ministério Público ter sido autofixado, tendo sido concedido ao arrepio de qualquer deliberação do Congresso Nacional, por força de decisões judiciais sem suficiente amparo na legislação nacional. É uma violência ao Estado Democrático de Direito a concessão de benefícios a agentes públicos, que oneram excessivamente o contribuinte, sem que o Parlamento, como mandatário da sociedade civil, tenha autorizado previamente a sua concessão.

Cabe aditar que se trata de demanda que mobiliza a sociedade civil, onde tem ampla aceitação, razão pela qual acredito ser imperioso levar tal debate público adiante, com a maior brevidade possível.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



SF/17850.62851-88